

A exclusão governamental do livro de Saramago veio desenterrar acusações de censura ao escritor, quando este dirigia o «DN» em 1975. Saramago contesta: «Não fui censor nem comissário político»

Expresso

POLÍTICA

- O PREC de Saramago 2
- Maastricht: constitucionalistas acordaram tarde 3
- PS: candidatos rigorosamente empuados 4
- Carvão recua nas negociações 5
- Ministro da República chumba Jardim 6

NACIONAL

- Druga mais leve 13
- O purgatório do cônego 15
- Tribunas 16
- O ozono nacional 18
- Transgressões em trânsito 19
- Ora Eyal 19
- Vaticano quer biopo nas negociações de Timor 20
- Resíduos à vista 21
- Caracol, caracol 23
- Homossexuais: o manifesto português 24
- Mais pães, menos alnogo 25

INTERNACIONAL

- Deus Pinheiro adverte bônus 1
- 'Outsiders' ameaça eleições americanas 5
- França e Alemanha lançam embrião do Eurocorps 6

ECONOMIA

- Interfina: vale 58 milhões 1
- TAP: administradores com «contrato a prazo» 1
- Cosacos muda de visual 5
- Os cirrões dos autores 16

DESPORTO

- Automóveis: as curvas da morte 1
- Italianos falham America's Cup 5
- Tênis: Courier defende título de Paris 5
- FISA critica segurança da Falperra 8
- Desporto federado condena ingerência governamental 3

EMPREGO/IMOBILIÁRIO

- Pundect nos Sitemas de Informação 1
- Assência de regras na mediação 28

A REVISTA

- Todos foram a Roma 16
- Mentiras de um pido 36
- VALIS: ideias para Lisboa 89
- Doçaria: a lição de Beja 100

CARTAZ

- Música 5
- Teatro 21
- Livros 27
- É que está o garbo 27

SECÇÕES REGULARES

- Quente à Frio 45
- Parlamento por dentro 48
- Editorial 40
- Opinião 410
- Cartas dos leitores 411
- Faces: Pindo da Costa 426
- Interiores 428
- Comentário internacional 43
- No país do ludopédio 10-8
- António Pinto Leite 27-8
- António Mega Ferreira 29-8
- Moda 96-8
- Bazar 104-8
- Emerita 106-8
- Afectos 110-8

A POLEMICA em torno da exclusão de O Evangelho Segundo Jesus Cristo por Sousa Lara fez despertar das cinzas velhos demônios. José Saramago, o escritor banido do Prémio Literário Europeu por despacho do subsecretário de Estado da Cultura, vésco-ecolado no pelourinho pelos e x pulsos do «Diário de Notícias» quando José Saramago, o jornalista comunista empuado no processo revolucionário, era director-adjunto do matutino. Episódios quase esquecidos dos tempos do PREC voltam a estar em foco. A campanha movida contra o «estre-censor» somam-se as ameaças insultos diariamente registados no atendimento de chamadas do escritor.

«Vivi dentro do 'Diário de Notícias' o tempo em que a minha presença e a minha opinião eram lá possíveis», escreve Saramago no prefácio de Os Apontamentos, recolha das suas crónicas publicadas na primeira página do «DN». Com o país mergulhado num turbilhão político e transbordante de paixões, quando o Poder se afirmava revolucionário e cada dia parecia ser decisivo, o matutino assumia-se como voz ao serviço das classes trabalhadoras, ao serviço do proletariado industrial e agrícola, ao serviço do socialismo, para tudo dizerem uma palavra». Saramago fez um jornalismo militante mas não o oculta. Como não oculta os escritos publicados na época. O que não impede que se multipliquem, agora, as acusações de censor a quem se viu alvo da excomunhão de Sousa Lara. Saramago, contudo, contesta essa visão da sua passagem pelo «DN». «Os factos desmentem que eu tenha sido comissário político ou censor», disse esta semana ao EXPRESSO.

«Quem não estiver empenhado...»

Logo ao tomar posse como director-adjunto, em 9 de Abril de 1975, deixara expresso o seu comprometimento: «Pessoalmente, quero servir a construção do socialismo. E o «DN» vai ser um instrumento para isso». Saramago defendeu para a construção dessa linha já adoptada pelo Conselho Superior da Revolução... Quem não estiver empenhado neste projecto é melhor abandonar o «DN».

Luis de Barros, o director nomeado por apoio das estruturas de trabalhadores do matutino, fora subsecretário de Estado da Comunicação Social nos 2º e 3º Governos Provisórios e, depois, chefe de redacção-adjunto do «DN», definindo-se como «independente de esquerda» (só aderiu ao PCP em 1976, já na redacção de «O Diário»). Antes da escolha de Saramago, pensou em convidar Joaquim Letria, mas fora demovido por «pressões várias», diz.

Condenado pelo 11 de Mar-



Saramago, hoje e num plenário do «DN» em 1975: o escritor não oculta o passado

ço ficara a anterior direcção, do socialista José Ribeiro dos Santos. José Carlos Vasconcelos, então director-adjunto, atribuiu a queda em desgraça às críticas feitas à Assembleia do MFA, em coluna assinada pela direcção, em que fora pedida a pena de morte para os implicados na intenção.

Saramago rompeu ligações com PCP

Passou-se então algo até hoje não revelado: a partir do momento da posse, e por sua iniciativa, Saramago rompeu todos os contactos orgânicos com a direcção do PCP. Durante quase oito meses e até às vésperas do 25 de Novembro, assegurou, não recebeu quaisquer instruções nem assistiu a reuniões, não entrando sequer em sedes do partido.

«Não abíquei das mi-nhas convicções, mas enten-

di não ser porta-voz ou comissário político», diz hoje, possivelmente consciente das reacções que a afirmação provocou entre os seus detractores. Idêntica atitude tomou, em 1989, ao ser eleito presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, facto que esteve na origem dos problemas que o levaram à renúncia.

O facto é que os «Apontamentos» do «DN» reflectiam frequentemente uma «celebração» revolucionária bem mais pronunciada do que as tomadas de posição oficiais da direcção do PCP. Ao ponto de esboçarem uma crítica: «Se o PCP formava uma frente unitária de esquerda e, três dias depois, após para negociações onde cabem Deus e o Diabo — como haveremos, doravante, de definir estratégia e tática?» (Intervalo Para Acusar», 19/75). Saramago, que mantinha contac-

tos estreitos com Varela Gomes, então à cabeça da 5ª Divisão, implicava-se. Luis de Barros, empenhado no convívio na «opção socialista», limitava-se a re-moções irónicas às tendências «esquerdizantes» (apreciação de hoje) do colega. E os «Apontamentos» marcavam rumo: «Que se corte a directo. E na directo! (1/7). «...a violência exercida implacavelmente contra os responsáveis pela violência, quem quer que sejam... A violência revolucionária é um direito quando está em causa a vida e o futuro de um povo inteiro» (1/8). Mas também: «Já se inventaram demasiadas cãs raivosas neste país. Larguem das mãos as pedras e usem umas e outras no trabalho de construir» (5/8).

As estruturas labo-rais, e principalmente os trabalho-

res do sector gráfico, influenciavam a vida e o conteúdo jornal e pressuam a direcção. Os jornalistas mais comprometidos com o velho «DN» do fascismo haviam sido colocados na informação geral ou nos espectáculos. Saramago nega que houvesse censura interna: «É possível que algum texto tenha sido re- visado, mas por orientação editorial ou como resposta legítima a textos que tinham um sentido provocatório». Por que provocatório, havia-as: João Garin passava-se pela redacção de sústica ao peito, e ainda hoje se gaba disso nas páginas de «O Diabo».

A informação do «DN» tinha, contudo, amara da época. «A classe operária mar-nhava irremediavelmente sobre as suas próprias per-nhas», um título entre outros. A manifestação do PS na Ala-

meda, em Julho de 75, foim-altratada. O «Documento dos Nove», analisado e transco. «Não merecia mais, pelo seu conteúdo negativista, nada pondo em alternativa», diria Saramago no plenário que debateu o caso dos trinta-
Uma carta de protesto de Vasco Lourenço, na altura um dos máximos dirigentes do país, teve publicação recusa-da. Em contrapartida, o «Documento Correia Jesuino» (responsável governamental pela Comunicação Social), com propostas de restrição da liberdade de informação, não mereceu qualquer crítica nas páginas do jornal.

«Não enjeito nada da mi-nha corresponsabilidade no «DN». Desgraçadamente, ne-nhum serburano pôde es-sotir uma tónica e por as-brancas. Mas os factos de-mentem que eu tenha sido

comissário político ou censor», sustenta hoje o ex-director-adjunto. E uma acusação refuta com particular veemência: a de ter promovido directamente qualquer saneamento.

O saneamento de Agosto

Com Agosto ao rubro, na vigência do 5º Governo e em pleno confronto do «Documento dos Nove» e do «Documento do Copcon», deu-se o episódio que ainda hoje aligmenta todos os rancores. Na noite de 14, durante as férias de Luis de Barros, foi entregue gabinete de Saramago, com exigência de publicação, um documento contestando a orientação editorial. Subscreviam-no 30 jornalistas, de uma redacção de 62. Entre eles, o núcleo duro dos ligados ao «DN» do «entregamento», mas

também socialistas e simpatizantes do MRPP.

O director-adjunto recusou a publicação do documento e imediatamente convocou um plenário-relâmpago, em que rebateu o seu conteúdo. Na primeira página do dia seguinte, um «Aviso aos leitores do «DN»», subscrito pelos «trabalhadores em laboração», informava que um «pequeno grupo de provocadores infiltrados» na empresa apresentara um «memorandum elaborado nas costas dos trabalhadores e posto a circular no exterior», numa «manobra contra-revolucionária».

Nesse mesmo dia, o EXPRESSO dava notícia do documento, também enviado a outros órgãos, incluindo a cadeia de rádio britânica BBC. Seguiu-se uma conferência de imprensa dos signatários. No dia 18, num plenário com mais de mil trabalhadores, o desfecho estava traçado à partida. Saramago fez a intervenção de fundo contra o documento e os seus subscritores. «Como é possível aprender a liberdade em redacções fascistas?», perguntou. Depois, retirou-se para o seu gabinete. Luis de Barros, regressado a Lisboa, solidarizou-se com a posição de Saramago. Hoje, admite que «houve erros no processo, com muito sectarismo de parte a parte».

«Calaceiros, bêbados e oportunistas»

Alguns dos «trinta» haviam já figurado numa lista de saneamentos apresentada pelas estruturas de trabalhadores e recusada pela direcção. Desta vez, acusados de ultrapassarem as «estruturas democráticas internas», com a «intenção de criar uma situação de despique partidário», não escaparam. O plenário decidiu a sua suspensão imediata e a constituição, em de uma comissão de inquirição para indicar as condições a sanear no prazo máximo de oito dias.

Nos considerandos da proposta, a medida era justificada pela necessidade de «combater a reacção nefasta, fascista e social-democrata». «... proclamava-se: «Os saneamentos não são selvagens quando indivíduos calaceiros, bêbados e oportunistas revolucionários se arrojaram de liberdade».

Uma semana mais tarde, um novo plenário aprovou o saneamento, sem qualquer indemnização, de 22 jornalistas, acusados de serem responsáveis pelo «empolamento exterior» dado ao documento. Outros dois ex-aminha ser incluídos, por solidariedade, na lista. A maioria dos saneados constituiu o núcleo fundador do jornal «O Dia». Saramago, o individualista que contramora o controlo partidário, ele próprio saneado depois do 25 de Novembro, foi vetado pela direcção do PCP para a redacção de «O Diário».

PROFETA PREVÊ QUE MILHÕES DE PESSOAS TERÃO UM NIB NOS PRÓXIMOS ANOS.

O NIB veio para ficar. A partir de agora cada conta num banco tem um NIB. Não existe maneira mais prática de se transferir dinheiro.

NIB

Número de Identificação Bancária

O NÚMERO QUE FACILITA O VAI E VEM DO SEU DINHEIRO.

VÁ AO SEU BANCO, INFORME-SE E PEÇA O SEU NIB

Santana Lopes ao EXPRESSO

'Jack Lang toma-se por Napoleão'

O «CASO Saramago» está a originar uma «crise» nas relações entre Portugal e a França, depois do Ministério francês da Cultura e da Educação terem permitido o comunicado que qualifica de «censura inqualificável» o afastamento do nome de José Saramago da candidatura ao prémio europeu de literatura.

A atitude de Jack Lang, «um verdadeiro» do Governo de Paris, foi classificada esta semana de «ingerência pouco cortês nos assuntos internos portugueses» por Pedro Santana Lopes, em declarações ao EXPRESSO na capital francesa, onde se deslocou para inaugurar a exposição «Du Tage à la Mer de Chine», no Museu Guimet.

«Jack Lang toma-se por Napoleão? Eles (os franceses) já vieram a Portugal mastivarem de fazer marchas atrás! Independentemente da opinião que se possa ter sobre um caso que nos fez muito mal a todos, não podemos aceitar a atitude do ministro Jack Lang!», justificou o secretário de Estado português ao EXPRESSO.

Os dois governantes não têm qualquer espécie de diálogo neste momento e evitaram mesmo encontrar-se na inauguração da exposição, em Paris — Santana Lopes visitou a exposição de manhã e Jack Lang à tarde...

O ministro francês tentou, por outro lado, contactar telefonicamente, várias vezes, o secretário de Estado português, mas este nunca lhe respondeu. «Estava muito ocupado a preparar o Conselho Europeu da Cultura», explicou ironicamente Santana Lopes.

Ameaças sobre o ensino do português em França

O esfriamento das relações luso-francesas acontece num momento em que, também no domínio do ensino da língua portuguesa em França, dependente do Ministério de Jack Lang, ressurgem antigas ameaças sobre o estatuto do português na escolaridade francesa.

Fontes oficiais portuguesas e francesas têm alertado para a existência, no Ministério francês da Cultura e da Educação, de um projecto tendente a suprimir, na prática, a aprendizagem da língua luso no ensino secundário francês.

A existência destas ameaças foi comunicada às autoridades portuguesas por Solange Parvaux, responsável pelo ensino do português nas escolas francesas. Inquieta, a alta funcionária do Ministério da Educação de Paris tentou organizar este fim-de-semana um encontro de Jack Lang com o ministro Couto dos Santos, no decorrer do colóquio «Portugal-França, imagens recíprocas», que decorreu de quinta-feira até hoje, sábado, na Assembleia Nacional Francesa. Depois de ter confirmado a sua ida à França, Couto dos Santos anulou a última hora a sua presença no colóquio. Segundo algumas fontes portuguesas, para a decisão de Couto dos Santos terá contribuído sobretudo a tomada de posição de Jack Lang no «caso Saramago».

As ameaças sobre o ensino do português têm tido concretização em certas escolas francesas — alguns professores de português têm recebido recentemente cartas do ministério anunciando a suspensão, já para o próximo ano lectivo, dos cursos que eles leccionavam. Os professores constituíram entretanto, em França, uma «Comissão para a defesa do ensino do português».

Daniel Ribeiro em Paris